

Os casos de violência física entre estudantes: outros possíveis sujeitos nos discursos apassivados¹

Sergivano Antônio dos SANTOS²
Marcelo Henrique Gonçalves de MIRANDA³

Resumo

Este ensaio analisa os discursos escritos e apassivados das estudantes que praticaram atos de violência física entre pares, que constam nos registros dos livros de ocorrências escolares, como sujeitos de discursos constituintes de outros sujeitos e identidades não normativas. Essa violência é caracterizada por todo movimento do corpo humano que se propõe, nas relações de poder, ferir e subjugar o outro física e psicologicamente pelo uso da força. A partir desses acontecimentos empíricos, aos quais chamamos de não discursivos, circulam discursos gerativos dos sujeitos constitutivos de outros sujeitos. Ancorados na perspectiva pós-estruturalista e na metodologia da análise do discurso de filiação francesa foucaultiana, o ensaio aponta, sem pretender esgotar a discussão, para a existência de outros sujeitos e identidades que vão sendo constituídas no discurso apassivado das estudantes que praticaram atos de violência física. Também abriremos caminhos para análise mais profunda em nosso trabalho de tese, acerca desses sujeitos.

Palavras-Chave: Pós-Estruturalismo. Violência física. Discursos. Sujeitos. Identidades.

¹ Este artigo decorre do projeto de pesquisa guarda-chuva intitulado: Inteligibilidades docentes, discentes e a equidade social: possíveis fortalecimentos do caráter plural e democrático da escola que contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -CNPq por meio do Edital CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021.

² Doutorando em Educação Contemporânea pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Mestre em Ciências Sociais pela Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ. Membro do Grupo de Pesquisa CNPq: Processos de Subjetivação, Educação, Gênero e Sexualidade/UFPE. Diretor do Pólo da Universidade Santos Amaro-UNISA/Toritama-PE. E-mail: sergivano.santos@ufpe.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4044746108152747>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6933-7654>

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea e do Núcleo de Formação Docente, Campus Acadêmico do Agreste, da Universidade Federal de Pernambuco. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq: Processos de Subjetivação, Educação, Gênero e Sexualidade/UFPE. E-mail: marcelo.gmiranda@ufpe.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0515157502980112>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9805-4792>.

Cases of physical violence among students: other possible subjects in the apassivated discourses

*Sergivano Antônio dos SANTOS
Marcelo Henrique Gonçalves de MIRANDA*

Abstract

This essay analyzes the written and apassivated discourses of students who committed acts of physical violence among peers, which appear in school records occurrence books, as subjects of discourses constituting other subjects and non-normative identities. This violence is characterized by every movement of the human body that intends, in power relations, to hurt and subjugate the other physically and psychologically through the use of force. From these empirical events, which we call non-discursive, circulate discourses that generate subjects that constitute other subjects. Anchored in the post-structuralist perspective and the methodology of discourse analysis of French Foucauldian affiliation, the essay points, without claiming to exhaust the discussion, to the existence of other subjects and identities that are being constituted in the apassivated discourse of students who committed acts of physical violence. We will also open paths for deeper analysis in our thesis work about these subjects.

Keywords: Post-Structuralism. Physical violence. Discourses. Subjects. Identities.

Los casos de violencia física entre estudiantes: otros posibles sujetos en los discursos apasivados

*Sergivano Antônio dos SANTOS
Marcelo Henrique Gonçalves de MIRANDA*

Resumen

Este ensayo analiza los discursos escritos y apasivados de alumnos que cometieron actos de violencia física entre pares, que aparecen en los registros de los libros de ocurrencias escolares, como sujetos de discursos constitutivos de otros sujetos y de identidades no normativas. Esta violencia se caracteriza por todo movimiento del cuerpo humano que pretende, en las relaciones de poder, herir y someter física y psicológicamente al otro a través del uso de la fuerza. A partir de estos eventos empíricos, que llamamos no discursivos, circulan discursos que generan sujetos que constituyen otros sujetos. Anclado en la perspectiva posestructuralista y en la metodología de análisis del discurso de filiación foucaultiana francesa, el ensayo apunta, sin pretender agotar la discusión, a la existencia de otros sujetos e identidades que se van constituyendo en el discurso pasivo de los estudiantes que cometieron actos de violencia física. También abriremos caminos para un análisis más profundo en nuestro trabajo de tesis sobre estos sujetos.

Palabras clave: Postestructuralismo. Violencia física. Discursos. Sujetos. Identidades.

Introdução

Este ensaio pretende fazer uma análise dos discursos escritos e apassivados das estudantes que praticaram atos de violência física entre pares, que constam nos registros dos livros de ocorrências escolares, como sujeitos de discursos constituintes de outros sujeitos e identidades não normativas. Essa violência é caracterizada por todo movimento do corpo humano que se propõe, nas relações de poder, ferir e subjugar o outro física e psicologicamente pelo uso da força.

As práticas de violência física entre estudantes, as quais estamos chamando de acontecimentos empíricos, são *locus* de circulação não ontológicos de discursos gerativos dos sujeitos constitutivos de outros sujeitos. A partir desses acontecimentos não discursivos e ancorados na perspectiva pós-estruturalista e na metodologia da análise do discurso de filiação francesa foucaultiana, analisamos alguns enunciados que indicam, na ruptura das regras dos discursos constituinte dos sujeitos femininos e masculinos, outros sujeitos e identidades.

Entendemos, a partir da perspectiva epistemológica foucaultiana, que os discursos não são ocultação de sentido, mas um conjunto regular de fatos linguísticos em determinado nível e polêmico em outro (Foucault, 1974a). Nesse sentido, identificamos os enunciados que indicam outros sujeitos e identidades que subvertem o normativo e a vontade de verdade do discurso misógino e sexista constitutivo de sujeitos periféricos e assujeitados às estruturas de poder.

Nosso artigo está estruturado em três momentos. No primeiro, apresentamos o campo de pesquisa, caracterizamos o corpus e fizemos uma incursão acerca dos livros de ocorrência que, inicialmente, foram utilizados como fonte documental em minha pesquisa de mestrado. No segundo momento, (re)visitamos os pressupostos básicos do movimento epistemológico que se inicia a partir dos anos de 1960, hoje denominado de pós-estruturalismo (Vinci, 2017), em geral e, em particular, o referencial foucaultiano. Para compreender o projeto intelectual pós-estruturalista de maneira objetiva, se faz necessário partir da ideia do estruturalismo, que se consolida nas décadas de 1950 e 1960 (Oliveira e Oliveira, 2007; Sanchez, 2012), e se interessa por estruturas estáticas e gerais. No entanto, o pós-estruturalismo resiste e se volta contra as verdades estáticas e universais e realidades absolutas e imutáveis.

No terceiro momento ressaltamos algumas produções teóricas acerca dos conceitos de violência, sobretudo a violência física, e outros conceitos foucaultianos que atravessaram todo o nosso

texto e que foram mobilizados nas análises dos enunciados para pensar os sujeitos e identidades outras se constituindo a partir deles.

Campo de pesquisa: caracterização do corpus e abordagem

As práticas de violência física entre estudantes do gênero feminino (cis), que estamos chamando de acontecimentos não discursivos, estão presentes nos registros dos Livros de Ocorrências Escolares de várias escolas da rede estadual de ensino em Caruaru. No entanto, adotamos, como critério de recorte do campo de pesquisa, as duas maiores escolas da cidade de Caruaru, sendo uma delas, a maior do Estado de Pernambuco segundo a Gerência Regional do Agreste (GRE-Centro Norte, 2022). A identificação das escolas campo de pesquisa serão representadas pelas siglas Esc1 e Esc2.

Os *locus* de ensino de nossa pesquisa estão localizados em áreas urbanas de dois bairros distintos da cidade. A Esc1 está localizada no centro da cidade, mais ao leste, e atende também a bairros periféricos. A Esc2 está localizada em um bairro periférico, a oeste da cidade. Além dos critérios já mencionados para escolha das escolas, outros se fizeram relevantes, a saber: a) o volume de informações apresentados nos livros de ocorrência em comparação com outras escolas do município, na observação inicial; b) o maior quantitativo de alunos, por se tratar das duas maiores escolas de Caruaru; c) a existência de um público dentro da faixa etária na relação com a série no período da manhã, mas bastante diversificado nos demais turnos (Santos, 2019).

Para efeito de análise, foi substituído o nome das estudantes pela letra que corresponde a “E” da palavra estudante seguido da posição dela “1 ou 2” na sequência das ocorrências, mais a letra “F” representando o gênero, exemplo: *E1F*. Como mencionado em parágrafos anteriores, nossa análise será em chaves pós-estruturalistas na perspectiva foucaultiana.

Violência física: desconstruindo a discursividade objetiva

A violência física, embora lida como estatística nas ciências duras (ciência exatas e da natureza), e como dados para complementação textual, em alguns casos nas ciências sociais, não é um fenômeno social de manifestação simples e que se esgota em si mesmo. Elas são acontecimentos não discursivos, que na sociabilidade do gênero feminino (cis), subverte a ordem dos discursos hegemônicos de constituição desses sujeitos. Assim, práticas de violência física são fenômenos

sociais de composição complexa, inclusive de outras formas de violência que já trazem em suas antologias, múltiplos fatores associados, como os casos de violência simbólica, psicológica e bullying que ocorrem na sociedade, na família e na escola que, mesmo não tratados neste artigo, são relevantes.

Em nosso caso, partiremos da violência física como acontecimento para acessarmos, nos discursos escritos e apassivados das estudantes pela autoridade escolar, outros sujeitos que subvertem as práticas discursivas relacionadas ao machismo e ao sexismo. Diante disso, conceituamos violência física como todo movimento do corpo humano interpelado por fatores sociais diversos com propósito de ferir fisicamente o outro. Assim, sem pretender simplificá-la ou universalizá-la enquanto conceito, ela nos permite pensar as práticas de violência entre as estudantes, dentro do intramuros da escola, de uma maneira mais nítida em termos de leitura do objeto estudado.

Para Carrano (2009), a categorização da violência é algo positivo, pois, segundo ele, pode: “[...] colocar ordem nas ideias e hierarquizar os fenômenos, evitando que tudo seja computado como algo que contribui da mesma forma e intensidade e conseqüentemente para um quadro de violência” (Carrano, 2009, p. 3).

A violência no espaço escolar

Para falar de violência, precisamos compreender que ela se manifesta de várias formas. São acontecimentos complexos e muito nos revela sobre o contexto histórico, político e social em que ocorre. Inclusive no intramuros da escola, o que chamamos de espaço escolar. Aqui faremos uma breve incursão no conceito e sentido dado à violência. Para Charlot (2002), é preciso diferenciar três tipos de violência: a) violência na escola; b) da escola; e, c) à escola. No primeiro caso, necessariamente não está relacionada diretamente à instituição escolar.

Quando a violência é iniciada fora do intramuros da escola, e a ela adentra, significa que estes lócus de ensino se tornam palco da violência que, de certa maneira poderia ter sido evitada ou resolvido antes mesmo de chegar à escola. Ou seja, o espaço escolar, nesses casos, passou a ser lugar para acertos de contas por motivações diversas, entre elas as dívidas de drogas ou rixas antigas.

A violência da escola está relacionada às atividades ligadas à natureza da instituição escolar. Nesse caso, a violência é institucional e simbólica (Bourdieu, 2022), por ser praticada pela instituição de ensino através de seus agentes. Nesses casos, os estudantes são tratados de forma arbitrária pelo corpo de servidores da escola, inclusive professores, que fazem uso do poder que lhes confere a

profissão no exercício de suas atribuições para fazer das notas ou quaisquer outros meios um mecanismo de controle e de dominação (Santos, 2019). Já a violência contra a escola é praticada pelos alunos à instituição que, nesse caso, pode ser: provocar incêndio, pichar paredes, destruir bancas, bater ou insultar professores ou funcionários. No que se refere à violência na escola, Charlot a entende da seguinte maneira:

A violência “dentro da escola” pode acontecer, e acontece, em outros lugares. É o caso, por exemplo, quando uma pessoa invade a escola para acertar contas. A violência “na” escola remete a fenômenos ligados à especificidade da escola; por exemplo, ameaças para que o colega deixe colar na prova ou insultos ao professor [...] (Charlot, 2006, p. 20).

As definições e sentidos atribuídos à violência, a depender do contexto social e histórico de cada sociedade, são múltiplos e não ontológicos. É nesse sentido, que mobilizamos o conceito e o sentido atribuído às práticas de violência entre as estudantes no espaço escolar. Assim, é importante observar a sutileza no que se refere ao sentido dado por Debarbieux (2002) à violência na escola e dentro da escola. Para Debarbieux, diferente de Charlot, a violência na escola é uma ação que ocorre no intramuros da escola, e nesse sentido, é preciso considerar as particularidades deste *locus* de ensino para poder compreender esse fenômeno.

No caso deste artigo, entendemos a violência no espaço escolar como um fenômeno que ocorre na escola e dentro da escola, cujos fatores a elas associados podem estar relacionados às especificidades da instituição escolar e a fatores externos. Aqui, o estudo recai sobre o que estamos chamando de violência no espaço escolar.

Ao refletir sobre o conceito de violência difusa, Tavares dos Santos (2004, p. 8) busca compreendê-la no universo das relações sociais, tomando-a como “um ato de excesso, qualitativamente distinto, que se verifica no exercício de cada relação de poder presente nas relações sociais”. Nesse sentido, a violência está marcada pelo uso difuso de força nas microrrelações de poder (Foucault, 1979), esteja ela associada ao excesso da força física e/ou ao uso de armas, ou até mesmo às violências simbólicas pelo uso da linguagem. Através da linguagem se estabelece e se exerce tal poder.

Apesar da aparente dicotomia entre as formas simbólica e não simbólica de violência, Tavares dos Santos não as dissocia, como o fez Bourdieu ao considerar que “[...] violência simbólica é essa

coerção que se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante [...] e que fazem surgir essa relação como natural [...]” (Bourdieu, 2001, p. 206-207). Essa violência é exercida pelo corpo sem coação física, o que implica em danos morais e psicológicos. Esse tipo de violência se apoia no reconhecimento de uma imposição determinada, que está legitimada pelo poder econômico, social, cultural, institucional ou simbólico.

Para Bourdieu, "o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhes estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 2010, p. 7-8). Neste sentido, o campo simbólico é um lugar onde se estabelece a produção social da violência simbólica, que é exercida não pelo uso da força física, mas com a cumplicidade daqueles que a sofrem. O que nesse caso pode significar uma cumplicidade, que pode ou não ser consciente do dominado, nesta relação de poder difuso ou segundo Foucault (1979), em sua capilaridade.

Fato é que as múltiplas faces da violência, como demonstrado, parece trazer consigo “[...] sob todas as formas de suas inúmeras manifestações, [...] uma força que transgride os limites dos seres humanos, tanto na sua realidade física e psíquica, quanto no campo de suas realizações sociais, éticas, estéticas, políticas e religiosas [...]” (Rocha, 1996, *apud* Levisky, 2010, p. 6-7).

Não se pode esquecer que, apesar da aparente fronteira entre a violência física e a violência simbólica, ambas são igualmente nocivas, em que a primeira oprime e exclui pelo uso da força física, e a segunda exclui e domina por meio da linguagem (Santos, 2019). Apesar de distintas em suas formas de manifestação, pode a violência simbólica fazer emergir a segunda forma de violência, que é em nosso caso, a que tomamos como acontecimento não discursivo e ponto de partida para analisar os discursos das estudantes que nessas práticas se envolveram.

As agressões físicas entre as estudantes têm, de alguma maneira, sido um recurso utilizado com uma certa recorrência para a resolução de suas diferenças, ou como forma de se estabelecer na hierarquia das relações sociais. Desse modo, o ato violento não se esgota em si, mas se torna, em nosso caso, um acontecimento do qual partimos para analisar nos discursos das estudantes, outros possíveis sujeitos. O que nos parece, de certo modo, haver fios discursivos que nos apontam para estes outros sujeitos femininos fora da construção discursiva do misógino e sexista.

Os acontecimentos e as relações de poder entre pares

Os acontecimentos discursivos, segundo Foucault (2008), em A ordem do discurso são definidos da seguinte maneira:

O acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material (Foucault, 2008, p. 57-58).

A ideia de acontecimento em Foucault, nos instrumentaliza a pensar as práticas de violência física entre estudantes, as quais chamamos de acontecimento empírico, contextos não ontológicos, de *locus* de circulação de discursos gerativos dos sujeitos constitutivos de outros sujeitos. As práticas de violência subvertem, pelo discurso, a ordem do discurso normativo de sujeitos pré-definidos e interpelados. No caso masculino, a necessidade de autoafirmação está presente para a sua condição de indivíduo a representar esse gênero; no caso das meninas, a reprodução consciente ou inconsciente do *éthos* dominante da masculinidade é, de certa maneira, também aplicado em uma possível ou esperada submissão e passividade tida ficcionalmente como naturais (Butler, 2008; 2010).

A necessidade de definir papéis e identidades e de ser reconhecido dentro dos grupos não está associada à masculinidade e à virilidade no sentido cultural do termo para as meninas, mas pela importância de se impor e determinar posições nas relações sociais dentro e fora da escola. É importante levar em consideração que os sentidos dados por meninas às agressões físicas, necessariamente não estão associados à necessidade de estabelecer, nos grupos que transitam, o seu lugar de mando ao reproduzir consciente ou inconsciente o modelo hegemônico de masculinidade. O que já seria um acontecimento desarticulado da ordem do normativo.

A partir desses sentidos, a violência teria como *locus* privilegiado de ações naturalmente violentas o espaço da sociabilidade masculina. [...] não pode ser isolada de seu contexto socioinstitucional (família/estado/mercado/trabalho/grupo de pares). Ou seja, a masculinidade tem um *status* de instituição produzida na vida diária a

Os casos de violência física entre estudantes:
outros possíveis sujeitos nos discursos apassivados

partir de relações interpessoais, inter-relacionais e entre os sujeitos (Nascimento, 2009, p. 1.154).

As estudantes que se relacionam cada vez mais com os modelos de sociabilidade divergentes do grupo discursivo familiar, seja como vítima e/ou agressora, já subverte a ordem do discurso. À medida que se distanciam de seu grupo de formação primário (família) e se aproximam de outros, são expostos a outros discursos (Santos, 2020a; Santos, 2020b). O que chamo de grupo discursivo primário é a família como uma entidade de formação social própria e o primeiro espaço de formação do sujeito.

Nesse caso, a educação como formação discursiva (primária) pode ser ressignificada pelo sujeito porque a ela se somam outros discursos e formações discursivas a instituir novas visões de mundo. Nos casos das meninas, o processo de socialização sempre remeteu a formação da mulher a condições subalternas, no entanto, essa passividade ou assujeitamento tem sido ressignificada em contato com outros discursos e outras formações discursivas (Santos, 2019, p 41).

A participação das mulheres em outros grupos fora do familiar tem descentralizado cada vez mais a figura da mulher com afazeres puramente domésticos, interiorizando outros valores que vão significando e sendo significados por elas, produzindo novos sentidos e, no discurso, outros sujeitos. Portanto, compreende-se que não há uma natureza ou uma ontologia nas práticas de violência, mas ontologias que se põem em constante movimento nos discursos dos sujeitos que, mesmo assujeitados, são sujeitos constituídos e constituintes de outros sujeitos, outros campos discursivos em que transita. Desse modo, os sujeitos que praticaram atos de violência são interpelados por esse novo processo formativo, que mesmo os assujeitando não os fazem em sua totalidade.

Pós-Estruturalismo e Foucault: breve apontamentos.

O Pós-estruturalismo como movimento epistemológico, surgido a partir da década de 1960, tem sido estratégico para se pensar fora da rigidez e do universalismo do estruturalismo e de suas verdades absolutas, que até então era muito influente, principalmente na área da linguagem, do discurso e de sua intersecção com as ciências sociais. O pós-estruturalismo como epistemologia, isto é,

metodologia, pode “[...] ser entendido como interrogação e uma estratégia analítica de descrição” (Larrosa, 2011, p. 37). Nesse sentido, ele é um procedimento que transborda as barreiras da rigidez, da homogeneização, linearidade, universalidade do estruturalismo e sem maiores preocupações com regras práticas aplicáveis e problemas técnicos e concretos (Veigga-Neto, 2003) considerando as verdades como contingenciais.

Destarte, quem define o método a ser aplicado é a exigência do objeto e sua dinâmica. Essa perspectiva se afasta da Modernidade e de suas pretensões de unitarismo epistemológico privilegiado que se apresenta como aquele capaz de compreender o mundo e seu funcionamento.

Afinal, o Pós-estruturalismo parte da perspectiva de que as metodologias devem ser construídas no percurso da investigação, de acordo com o objeto de pesquisa, as questões elaboradas e suscitadas, pois não é possível estabelecer antecipadamente os passos ou procedimentos denominados metodológicos e construir caminhos em abstrato ou modelos prévios. Em outras palavras, a perspectiva pós-estruturalista entende que não se pode estabelecer de antemão o processo de pesquisa, pois nada assegura que o planejado *a priori* se concretize ou que postulações teóricas previamente estabelecidas funcionem (Tedeschi; Pavan, 2017, p. 173).

A partir desse referencial, em especial a perspectiva foucaultiana em sua genealogia do poder, nos possibilitou pensar fora da lógica ilusória de uma verdade final, de um sujeito ontológico à história, ou à consciência humana. Nessa perspectiva, acontece uma desconstrução de uma ficcional essência que está em algum lugar esperando para ser alcançada por meio de uma análise social e um caminho único (pré)estabelecido como método possível de atingir a “verdade” absoluta (Butler, 2008; 2010).

Nesse esforço teórico e metodológico flexível e sem pretender ser reducionista, ou enrijecer a perspectiva epistemológica foucaultiana na relação com o objeto, entendemos que as suas obras, em especial a genealogia, nos oferecem importantes ferramentas para pensar os sujeitos e identidades outras que se constituem no discurso apassivado das estudantes que praticaram atos de violência física entre si. Desse modo, pensando metodologicamente, “[...] não existe o caminho, nem mesmo um lugar aonde chegar e que possa ser dado antecipadamente” (Veiga-Neto, 2007, p. 16). Foi nesse sentido que buscamos, ancorados nas obras de Foucault, compreender a produção de outros sujeitos

e identidades subversivas que se constituem no discurso dos estudantes. Assim constituídos, os sujeitos se deslocam das margens do discurso misógeno e sexista para um sujeito autônomo.

A posição de privilégio dos discursos institucionaliza a desigualdade na relação de poder em cada sociedade, criam sujeitos e corpos periféricos, e tecnologias sociais de controle dos corpos físicos e dos sujeitos discursivos que os antecedem. Embora se instaure uma nova “economia do poder” que permite circular os efeitos de poder nos corpos individuais e em todo o corpo social, ele, o poder, sempre encontrará resistência (Foucault, 2006). E mesmo “[...] historicamente condicionados [...], assumimos nosso lugar em um sistema aberto e contingente” (Williams, 2013, p. 155). E que nos possibilita os possíveis sujeitos e identidades subversivas como nos indicam os discursos das estudantes que praticaram atos de violência a serem analisados neste ensaio.

A “afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e excluir. [...] dizer ‘o que somos’ significa também dizer ‘o que não somos’ [...]” (Silva, 2014, p. 82). Em analogia, Stuart Hall argumenta que:

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma identidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado original – isto é, de uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciações internas (Hall, 2014, p. 109-110).

As identidades, conforme demonstrado por Hall, são evidenciadas também no discurso apassivado das estudantes E1F e E2F que “[...] se agrediram física e verbalmente na escola. E1F disse que E2F a chamou de “rapariga”, depois que ela a xingou de “nojenta”. E1F foi a sala de E2F e a agrediu fisicamente e E2F revidou” (Santos, 2019, p. 157). Esses enunciados subvertem as estruturas discursivas da misoginia e do sexismo de proibição do que pode ou não ser dito pelo gênero feminino como próprio de um comportamento esperado “[...] sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas” (Castells, apud Hahn; Machado, 2012, p. 69).

O apelo à força física é um estado transitório: eu *estou* violento e não eu *sou* violento, do contrário o ser humano não teria saída que não fosse o ato de violentar como recurso para atingir os seus objetivos. E não importaria a cultura emergir que o processo civilizador já estaria, desde o seu nascedouro, fadado ao fracasso. Assim não sendo, os casos de violência nos permitem pensar, enquanto acontecimentos não discursivos, os possíveis sujeitos a emergirem no discurso apassivado das estudantes como já indicamos no parágrafo anterior e o faremos ao longo do artigo.

Foucault e os casos de violência física: outros possíveis sujeitos nos discursos apassivados das estudantes que praticaram atos de violência física entre pares.

O discurso apassivado das estudantes que praticaram atos de violência física trazem, como acontecimento não discursivo, enunciados que indicam resistência ao sujeito feminino localizado hierarquicamente inferior e suas estruturas discursivas. Essas estruturas se revelam na iniciação do masculino, no modelo de uma homosociabilidade viril de um lado, de outro lado, o feminino naquilo que não é o masculino ao se fazer em contrário. No entanto, a virilidade apresentada entre os casos das estudantes E1F e E2F “segundo relato de E1F, elas têm *rixa* antiga desde o tempo em que ela namorou o irmão de E2F” (Santos, 2019), rompe com a lógica, em certa medida, do sujeito enquadrado, discursivamente, na sensibilidade constituída pelo discurso masculino.

A rixa, nesse caso, é objetivamente um comportamento que discursivamente foi sendo constituído como parte integrante do masculino, ao que sempre esteve associado a uma identidade de reparação por ser associado também ao “homem frouxo ou não”. Ela é, nesse sentido, a representação desse sentimento complexo de inferioridade pela necessidade de prestação de contas de uma virilidade abalada por motivações diversas. O que também se aplica em menor proporção ao enunciado: “as alunas E1F e E2F agrediram-se durante a aula [...] por motivos de *desafetos*, [...] com empurrões e puxão de cabelo” (Idem, 2019, p. 160). O desafeto é um sentimento em menor profundidade que a rixa, mas um indicador dessa ruptura discursiva do sujeito feminino passivo.

O feminino ao se alimentar dos sentimentos de rixa e do desafeto se constitui, discursivamente, em outros sujeitos não normativos. Esses subvertem a ordem do discurso de interdição a definir, pela negação, o sujeito autorizado a determinados dizeres (Foucault, 2008). De acordo com Saffioti (2004), não é possível considerar as categorias gênero, patriarcado e violências em campos distintos, pois a construção dicotômica hierarquizada do gênero nas categorias ficcionais de mulher e homem

traz consigo, em parte, a violência como um elemento constitutivo das relações sociais destes sujeitos masculinos e do contrário se faz o gênero feminino (Bourdieu, 2002; Butler, 2008; 2010; Nogueira; Miranda, 2017). Nesse sentido, a fuga da normatividade comportamental de gênero se manifesta conforme se observa no enunciado a seguir:

As E1F e E2F estavam na quadra com um grupo de meninas tirando fotos e quando estavam saindo souberam que uma aluna E3F tinha se referindo às mesmas com palavras chulas, que estavam na quadra dando o C, a aluna E4F perguntou sobre o que E3F tinha dito e ela respondeu que E1F e E2F eram raparigas (Santos, 2019, p. 168).

Isso significa que, a partir de Foucault (2008), há uma ruptura nesse conjunto de fatos linguísticos com as normas do discurso correspondente, nesse caso, para o sujeito feminino. A não normatividade, como meio de vivenciar o ser homem e o ser mulher em termos de comportamento, nos remete à ideia de gênero trazida por Butler (2008; 2010) amparada pela tese de Foucault sobre as condições amorfas do poder. Essas condições amorfas são como exercício presente nas microrrelações que são transitórias e históricas. São essas violências praticadas pelo gênero feminino que evidenciam, em certa medida, uma ruptura na ordem do discurso normativo de constituição dos sujeitos masculino e feminino, denunciando como esses indivíduos são categorizados ficcionalmente nesses pares dicotômicos, excludentes e hierarquizados (Butler, 2010).

A subversão, no caso do gênero feminino, revela-se na reprodução de formas hegemônicas de masculinidade, que ao fazê-la já desconstrói identidades subalternizadas e papéis discursivamente pré-definidos. Os casos de violência, assim, apontam para aspectos de subversão das práticas discursivas que constituíram e/ou que constituem as identidades do feminino como mera dona do lar e um espaço vazio a ser preenchido pelo masculino (Bourdieu, 2002). Nesse aspecto, o entendimento de Bourdieu é, de certa maneira, sintetizado por Vieira:

Nas práticas discursivas comerciais, as mulheres devem ser preenchidas pelo consumo, posicionando-se no discurso apenas como compradoras. Como espaços de reprodução biológica, os corpos femininos são representados como vazios, necessitando de cuidados enquanto aguardam o preenchimento pela maternidade.

Nas relações afetivas, a mulher deve ser guardada no interior da casa e o seu papel é o de guardiã passiva do bem-estar masculino (Vieira, 2015, p. 217).

À medida que as mulheres se inserem no contexto social distinto daquele a ela atribuído, ou seja, quando algo escapa ao processo de interpelação de gênero, existe a possibilidade para que haja algum tipo de desestabilização e desconstrução do processo de inteligibilidade hegemonicamente instituído nos pares categoriais anteriormente explicitados neste ensaio. Ao que parece, “[...] as mulheres também estão ativamente engajadas nos jogos de poder masculinos, por honra, por privilégio, por prestígio e também por outras mulheres” (Halberstam *Apud* Meinerz, 2011, p. 14), é o caso de duas alunas que se agrediram no corredor da escola porque uma estava “pegando” a namorada da outra (Santos, 2019).

Nesse caso, mesmo não havendo o apassivamento, mas o silenciamento dos sujeitos pela autoridade escolar, percebe-se no discurso escrito pela escola, outros sujeitos possíveis se constituindo fora da normatividade ficcional das identidades de gênero.

O gênero masculino ou feminino se prende, em larga medida, ao processo de interpelação em que os indivíduos são assujeitados de “homem” e “mulher”. Nesse contexto, o gênero feminino que praticou atos de violência parece se constituir em práticas discursivas em que escapou da interpelação de gênero. Assim, o gênero feminino transita como aquele que não é o outro periférico, mas um sujeito que possui certa autonomia materializando o que escapou da interpelação.

Entretanto, essas práticas de violência devem ser veementemente combatidas, com categorizações próprias àquelas das práticas discursivas hegemônicas da identidade feminina, até então, passiva e sujeitada às estruturas dicotômicas, excludentes e hierarquizadas. Nesse caminho, o assujeitamento das estudantes às estruturas discursivas não ocorre em sua totalidade (Possenti, 2002). Igualmente, ressalta Emília Pedro ao dizer que:

Nós não somos usuários passivos de fontes de discursos pré-fabricados. É verdade que elas existem e limitam-nos e formam o que nós dizemos, mas quando nós falamos, nós as usamos sempre em combinações novas e variadas. Nesse sentido, nós podemos ser considerados autores genuínos (Pedro *Apud* Vieira, 2005, p. 211).

As condições em que os sujeitos se encontram nas relações sociais são temporárias e constantemente atualizadas, a depender do contexto sócio-histórico e dos discursos a constituírem o

seu processo formativo. Sendo essas susceptíveis a qualquer momento de subversão (Vieira, 2005), a exemplo daquele definido pelas práticas discursivas de que “[...] o papel reservado ao gênero feminino determina a maternidade como principal função da mulher, bem como o cuidado com a família e com o lar, devendo ser meiga, frágil e atenciosa [...]” (Faria; Nobre *Apud* Diehl; Senna, 2016, p. 32).

No entanto, é na subversão dessa lógica de dominação masculina (Bourdieu, 2002) que o gênero feminino ressignifica a sua posição no social e reconstrói as suas subjetividades (identidades particulares) e também uma identidade social marcadas pelo crivo, em alguns casos, da violência física, conforme os casos que se segue: a) “[...] os alunos E1M, e E2F se destratarem e houve gestos obscenos e agressão verbal de E1M e violência física de E2F”; b) “A aluna E1F que estava sendo vítima da prática de *bullying* [...] agrediu o aluno E2M e todos foram conduzidos à direção”; c) As alunas E1F e E2F se envolveram em uma discussão na entrada da escola no turno da manhã. E2F foi agredida no rosto por E1F”; d) As alunas E1F e E2F brigaram na sala com agressões moral e física [...]”; e) A aluna E1F [...] estava brigando com aluna E2F por conta de uma publicação no *face*, onde se agrediram verbalmente e fisicamente no pátio da escola (Santos, 2019, p. 159-168).

Observando a recorrência dos casos de violência já mencionados, se percebe que a presença da mulher nos afazeres domésticos, mesmo ainda sendo um fato notável ao longo da história, inclusive a brasileira, têm-se deslocado dos afazeres domésticos para o mercado de trabalho. Assim, ao ocupar outros cargos fora do trabalho doméstico, elas são expostas a outros discursos e formações discursivas diversas, tornando imperativo se ressignificarem diante desse novo cenário que as interpelam.

Na construção das identidades de gênero, a sociabilidade – ancorada em modelos culturais – exerce papel estruturante, uma vez que o ser homem ou o ser mulher não se constitui apenas a partir de modelos de masculinidade ou feminilidade, mas também são mediados pelas relações intersubjetivas, de modo a reproduzir ou a reconstruir tais modelos de acordo com as situações e as especificidades sociais. Assim, nesse processo de construção/reprodução das identidades, esses modelos funcionam como matrizes – social e historicamente construídas – e se traduzem em hábitos, entendido como conhecimento adquirido e determinado pela posição social do indivíduo, estruturando práticas e representações que podem ser objetivamente

“regulamentadas” e “reguladas”, envolvendo uma capacidade criadora, ativa e inventiva (Nascimento, 2009, p. 1.154).

A construção das identidades, acima descritas, é pautada por modelos de sociabilidades ancoradas em processos de inteligibilidades ontológicas que essencializa e naturaliza o gênero. Nesse caso, o ser homem ou ser mulher, necessariamente, não se constitui apenas de uma verdade absoluta, isto é, de um modelo de masculinidade ou feminilidade ficcional. A desestabilização e desconstrução dessas ontologias subvertem discursos biologizantes e “naturais” que contribuem na (re)produção das desigualdades de gênero.

Considerações finais

O discurso de um ideário de infância que interpela os indivíduos em sujeitos, em identidades femininas “naturalmente” passivas e frágeis de lugar pré-definidos nas relações de poder como subalternos abrem espaço para as relações que apelam à violência. Essa, em alguns casos, como recurso legítimo para alcançar e se manter na hierarquia dessas relações sociais (Foucault, 1979a). Os casos de violência são, como mencionado ao longo deste artigo, acontecimentos não discursivos do qual parte nossas análises.

Os livros, como mencionado neste trabalho, configuram um dispositivo de defesa da escola a eventuais situações judiciais que venham a sofrer, além de ser um dispositivo de vigilância no sentido foucaultiano (Foucault, 1987), nos possibilitou vislumbrar, a partir de Foucault e em chaves pós-estruturalistas outros sujeitos. Nesse sentido, os sujeitos outros e suas identidades não estão ligados às estruturas discursivas, a metas narrativas e a sistemas de representações universalistas, mas a estreitas conexões com as relações de poder (Silva, 2014), que ora a elas se submetem, ora as subvertem e se constituem como outros sujeitos e outras identidades conforme já foi demonstrado nesse ensaio.

Assim, o comportamento das referidas estudantes a exhibir práticas violentas não emerge necessária e exclusivamente de uma cultura machista de autoafirmação, mas de certo modo, como subversão das normatividades instituídas discursivamente como ontológicas. Desse modo, ressalta-se que o texto não teve como pretensão esgotar a discussão acerca do tema abordado, mas apontar

Os casos de violência física entre estudantes:
outros possíveis sujeitos nos discursos apassivados

para a existência de outros sujeitos e identidades possíveis que serão aprofundados na pesquisa do doutoramento, assim também, a outras possibilidades de debates.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. – 2ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **O poder simbólico** / Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) - 13º ed. - Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2010. 322p.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivo del “sexo”*. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós, 2008.

_____. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FOUCAULT, Michel. “Verdade e Poder”. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979b.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HALL, Stuart. “Quem precisa de identidade?” In: SILVA, Tomás Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença**. 15.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

JESUS, Jaqueline G. de (Org.). **Transfeminismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2019

LARROSA, Jorge. “Como se chega a ser o que é. Para além da Bildung”. In: **Nietzsche e a Educação**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 41-67.

MORO, Neiva de O. (2006). "livro preto": como eram tratadas a disciplina e a indisciplina nas escolas da região dos Campos Gerais - sua base legal, conteúdo e representações sociais que produzem. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel M. (Orgs.). **Navegando pela história da educação brasileira**. 1. CD-ROM, ISBN: 85-7713- 029-0, Campinas: HISTEDBR, 2006.

NASCENTE, Renata M. Moschen. FONSECA, Débora C. **Conflitos e livros de ocorrência no cotidiano da escola pública: alguns caminhos de investigação**. 37ª Reunião Nacional da ANPED — Florianópolis, UFSC, 04-08 out/2015.

NASCIMENTO, Kelly A. do; SOUSA, Celeste A. Dias e; AZEVEDO, Inês A. de Sousa. **Registros em livros de ocorrência das escolas públicas de cidades localizadas a leste de Minas Gerais: uma análise documental**, (2007). Grupo de Pesquisa Infância e compromisso da sociedade. Universitário de Caratinga – UNEC. http://www.unec.edu.br/ics/pesquisas/registros_em_livros_de_ocorrencia. Acesso em: jun/2017.

NEVES, Paulo R. "**As meninas de agora estão piores que os meninos**": gênero, conflito e violência na escola. São Paulo: FEUSP (Dissertação), 2008.

NOGUEIRA, Christina Gladys de Mingareli. MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de. A (re)produção das masculinidades hegemônicas: homens, famílias populares e violações dos direitos humanos. In: **Revista Interterritórios**, v. 3, n. 5, p. xxxx, 2017.

OLIVEIRA, Marilisa do Rocio. OLIVEIRA, Giovanni Araújo de. **O Estruturalismo e a construção formal**: estudo dos elementos constitutivos de uma totalidade, suas relações, significados e significantes que formam uma estrutura. Congresso Internacional de Educação. Gestão Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável, 17 set. 2007.

POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso**. Curitiba: Criar Edições, 2002.

SANTOS, Sergivano Antonio dos. **Violência no espaço escolar**: discurso, sujeito e as práticas em escolas públicas de Caruaru. Dissertação apresentada à Banca do Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio - MPCs – da Fundação Joaquim Nabuco –FUNDAJ na linha de pesquisa: Sociedade, Cultura e Desenvolvimento como requisito para obtenção do título de Mestre. Recife, 2019.

SANTOS, Sergivano Antonio dos, **Os registros das práticas de violência física nos livros de ocorrências**: o caso de estudantes de ensino médio de duas escolas estaduais em Caruaru. In: **Entre Currículos**: sujeitos e subjetividades contemporâneas (Org.). MARTINEZ, Lucas da S. - 1ª ed. – Curitiba: Bagai, 2020a.

SANTOS, Sergivano Antonio dos, **As narrativas nos livros de ocorrências**: uma análise das práticas de violência física entre os estudantes In: **Ciências sociais aplicadas**: as relações como meio de compreender a sociedade. In: (Org.) SILVESTRE, Luciana P. F. Ponta Grossa: Atena, 2020b.

SANCHEZ, Renata Latuf de Oliveira. Estruturalismo e Pós-Estruturalismo: Diálogos entre Cinema e Arquitetura **Revista Anagrama**: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação Ano 6 - Edição 1 – Setembro-Novembro 2012.

RATTO, Ana Lúcia Silva. **Livros de ocorrência**: (in) disciplina, normalização e subjetivação. São Paulo: Cortez, 2007. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/lisispencergoethel/livro-livros-de-ocorrencia-ratto>. Acesso em: jul/2017.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. **Sociabilidade violenta**: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922004000100004. Acesso em: 14/09/2017.

TEDESCHI, Sirley Lizott; PAVAN, Ruth. A produção do conhecimento em educação: o Pós-estruturalismo como potência epistemológica. In: **Práxis Educativa**, v. 12, n. 3, p. 772-87, set./dez. 2017.

VEIGA-NETO, Alfredo. “O sujeito”. In: **Foucault e a Educação**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 107-15.

_____. “O poder-saber”. In: **Foucault e a Educação**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 117-31.

VINCI, Christian F. R. Guimarães. O pensamento pós-estruturalista na pesquisa educacional brasileira: um possível itinerário. In: **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**. Número 27: nov/2016-abr/2017, p. 42-58.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Tradução de Caio Liudvik. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 07/12/2022
Aprovado em: 11/07/2023